

ENTREGUE
NO I.S.S.S DE

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2024

DENOMINAÇÃO: Fundação de Aurélio Amaro Diniz

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist. Conc. IPSS
COD.

MORADA: Rua António Mendes Monteiro - Quinta da
Comenda

N. ANDAR : LOCALIDADE: Oliveira do Hospital

FREGUESIA: Oliveira do Hospital

CONCELHO: Oliveira do Hospital

COD. POSTAL: 3400-083

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA DO ISS, IP

PARECER: EM ____/____/____

DESPACHO: EM ____/____/____

EM 2024/03/28

(Assinatura do Contabilista Certificado)

202724506

13364

(Aposição da Vinheta do TOC)

O CONSELHO EXECUTIVO:

APROVADO PELO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO:

LOCAL: Oliveira do Hospital

LOCAL: Oliveira do Hospital

DATA: 28/03/2025

DATA: 08/04/2025

ATA Nº: 600

ASSINATURAS

Presidente

Secretário

Tesoureiro

ASSINATURAS

Presidente

Secretário

Tesoureiro

Vogal

Vogal

Vogal

Vogal

Índice

1 – Introdução	6
2 – A Instituição no meio envolvente	6
3 – Atividade	7
3.1 – Áreas de atividade	7
3.2 – Matriz de Gastos da Atividade	10
4 – Investimentos	11
4.1 – Investimentos Realizados em 2024	11
5 – Produção	12
6 – Recursos Humanos	14
7 – Processos judiciais em decisão	14
8 – Perspetiva para o futuro	15
9 – Proposta de Aplicação de Resultados	16
BALANÇO	17
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	18
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	19
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	20
31 de dezembro de 2024	20
1 - Identificação da entidade	21
2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	21
3 – Principais Políticas Contabilísticas	21
3.1 – Bases de Apresentação	22
3.1.1 – Regime do Acréscimo (periodização económica)	22
3.1.2 – Continuidade	22
3.1.3 - Compreensibilidade	22
3.1.4 - Relevância	22
3.1.5 – Materialidade	22
3.1.6 – Fiabilidade	23
3.1.7 – Representação Fidedigna	23
3.1.8 – Substância sobre a forma	23
3.1.9 – Neutralidade	23
3.1.10 – Prudência	23
3.1.11 – Plenitude	24

3.1.12 – Comparabilidade.....	24
3.2 – Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	24
3.2.1 – Fluxos de Caixa	24
3.2.2 – Ativos Intangíveis.....	24
3.2.3 – Ativos Fixos Tangíveis	24
3.2.4 – Bens do Património Histórico e Cultural	25
3.2.5 – Propriedades de Investimento	25
3.2.6 – Investimentos Financeiros.....	25
3.2.7 – Inventários	25
3.2.8 – Instrumentos Financeiros	26
3.2.9 – Fundos Patrimoniais	27
3.2.10 - Provisões	27
3.2.11 – Financiamentos Obtidos.....	27
3.2.12 – Estado e Outros Entes Públicos	27
4 – Ativos Fixos Tangíveis	28
5 – Ativos Intangíveis.....	29
6 – Custos de Empréstimos Obtidos.....	30
7 – Inventários.....	30
8 – Rendimentos e Gastos.....	30
9 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	31
10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	31
11 – Instrumentos Financeiros	32
12 – Benefícios dos empregados.....	32
13 – Acontecimentos após a data de Balanço.....	32
14 – Trabalhos para a Própria Entidade	32
15 – Divulgação exigidas por outros diplomas legais.....	33
16 – Outras Divulgações	33
16.1 – Investimentos Financeiros.....	33
16.2 – Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, doadores, associados e membros	34
16.3 – Clientes e Utentes.....	34
16.4 – Outras Contas a Receber	34
16.5 – Diferimentos	35
16.6 – Outros Ativos Financeiros.....	36
16.7 – Caixa e Depósitos Bancários	36



Handwritten signature and stamp in the top right corner of the page.

16.8 – Fundos Patrimoniais	36
16.9 – Fornecedores	37
16.10 – Estado e Outros Entes Públicos	37
16.11 – Outras Contas a Pagar	37
16.12 – Outros Passivos Financeiros	38
16.13 – Subsídios, doações e legados à exploração	38
16.14 – Fornecimentos e Serviços Externos	38
16.15 – Outros Rendimentos	39
16.16 – Outros Gastos	39
16.17 – Resultados Financeiros	40
ANEXOS	41
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	42
ATA CONSELHO FISCAL	45

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 Acheva


Alameda

ÍNDICE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Número de Cirurgias por Sistema de Saúde.....	10
Figura 2 - Matriz de Gastos.....	10
Figura 3 - Prestação de Serviços	12
Figura 4 - Resultado Líquido do Exercício.....	13
Figura 5 - Ativos Fixos Tangíveis 2023	28
Figura 6 - Ativos Fixos Tangíveis 2024	29
Figura 7 - Ativos Fixos Intangíveis 2023.....	29
Figura 8 - Ativos Fixos Intangíveis 2024.....	30
Figura 9 - Inventários.....	30
Figura 10 – Réditos	31
Figura 11 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	31
Figura 12 - Benefícios dos Empregados.....	32
Figura 13 - Trabalhos para a Própria Entidade	32
Figura 14 - Investimentos Financeiros.....	33
Figura 15 - Clientes e Utentes	34
Figura 16 - Outras Contas a Receber	34
Figura 17 - Diferimentos.....	35
Figura 18 - Outros Ativos Financeiros.....	36
Figura 19 - Caixa e Depósitos Bancários.....	36
Figura 20 - Fundos Patrimoniais	36
Figura 21 – Fornecedores	37
Figura 22 - Estado e Outros Entes Públicos	37
Figura 23 - Outras Contas a Pagar	38
Figura 24 - Subsídios, doações e legados à exploração.....	38
Figura 25 - Fornecimentos e Serviços Externos.....	39
Figura 26 - Outros Rendimentos	39
Figura 27 - Outros Gastos	39
Figura 28 - Resultados Financeiros.....	40

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2024

1 – Introdução

Estabelecem os estatutos da Fundação Aurélio Amaro Diniz, IPSS (FAAD), que se proceda à elaboração e apresentação de contas e relatório de atividades do exercício findo a 31 de dezembro. O presente documento agrega um conjunto de informação relevante, através da qual é possível aferir o que tem vindo a ser a realidade da FAAD no decorrer dos últimos anos, em especial o ano transato.

2 – A Instituição no meio envolvente

A FAAD, como organização ativa na comunidade, impacta significativamente no bem-estar social em diversas dimensões, não só naqueles que são os seus utentes diretos mas também, pela sua dimensão económica, enquanto empregador e agente consumidor de recursos e prestador de serviços.

Nessa perspetiva, são múltiplos os fatores que interferem na gestão diária da instituição e, não menos importante salientar, que condicionam o desenvolvimento da estratégia, desde logo, tem sido orientada para o crescimento orgânico, principal motor da sustentabilidade da mesma e da provisão de modernos e mais amplos serviços hodiernamente requeridos para resposta a novas e antigas solicitações.

Cabe aqui referir que, especialmente na dimensão de Saúde, muitas foram as dificuldades encontradas por via da tomada (ou falta dela!) de decisão dos organismos ligados ao Ministério da Saúde, enredadas numa alteração estrutural organizativa que, entre outras, se tornou visível com o encerramento da ARS Centro, principal interlocutor até aqui do estabelecimento da relação da nossa atividade no âmbito do Serviço Nacional de Saúde. Essa circunstância, aliada à criação das Unidades Locais de Saúde e a transferência das competências do relacionamento com o setor social para a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), IP, e a existência do Ceo do SNS, criou entropias à definição em concreto de competências que, por arrasto, nos afetaram e assim continuam. Neste particular, o terminar do *plafond* disponível para prestação de serviços para o SNS nas vertentes de internamento em medicina, intervenções cirúrgicas, consultas de especialidades e consulta aguda (urgência), para o qual a FAAD alertou o Ministério com 3 meses de antecedência, criou uma realidade absurda, quase distópica, em que ficaram por atender milhares de utentes apesar de já referenciados para o Hospital pelos médicos dos Cuidados de Saúde Primários e que, por incrível, chegaram a querer transformar a instituição de

Handwritten signature and a circular stamp of the "Câmara Municipal de Lisboa" (Municipal Chamber of Lisbon) are located in the top right corner of the page.

prestador a financiador do Estado, situação que foi por nós contestada e dado conhecimento junto da autarquia e dos utentes que, não raras vezes, apresentaram reclamações.

Num contexto de mudança de governo, que agora se encontra em gestão após uma moção de confiança reprovada que nos empurra para novas eleições em maio próximo, foram várias as situações que a instituição não viu definidas, com implicância significativa em termos económicos e financeiros, como adiante se referirá.

Embora com aprovação em todas as candidaturas aos diversos avisos PRR abertos, enfrenta a instituição dificuldades em implementar obra pelas muitas dificuldades burocráticas e, dizê-lo em antecipação, de reembolso de verbas, pois já em 2025 é que se concretizou o reembolso final do aviso 1 (Mobilidade Verde Social) executado em 2022 e ainda se mantém por encerrar o apoio ao abrigo do programa PARES 3.0.

Este conjunto de causas até no encerramento de contas teve efeitos, pois adiámos o mais possível para poder aferir, em concreto, qual o valor que poderíamos considerar como reconhecido pelo Ministério da Saúde para ressarcir os custos dos serviços que se mantiveram abertos após a ultrapassagem do teto à faturação.

Tendo por fundo esta curta referência, passamos a enunciar os aspetos que consideramos relevantes quanto ao exercício findo.

3 – Atividade

3.1 – Áreas de atividade

Sendo a atividade da FAAD bastante diversificada, de seguida faremos uma descrição mais pormenorizada das diversas áreas de atuação. Desta forma será mais fácil percecionar o que tem vindo a ser a atividade desenvolvida pela FAAD, não só ao longo dos anos, mas especialmente no decorrer do ano em análise.

✓ Apoio à Terceira Idade

A atividade da FAAD no âmbito do apoio à terceira idade envolve três respostas sociais: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Centro de Dia (CD). No decorrer do ano 2024, a procura por estes serviços manteve-se dentro dos parâmetros normais dos últimos anos, tendo sido a atividades nestas respostas em todo semelhante ao ano transato. O Apoio Domiciliário do CCL viu aprovada a candidatura ao aviso 11, que permitirá beneficiar aquele edifício em termos de eficiência energética e incrementar o apoio em mais 20 utentes, estando a ser ultimado o caderno de encargos para o lançamento de concurso público.

✓ Apoio à Infância

Relativamente às respostas sociais de apoio à Infância, a FAAD dispõe de creche (sede e CCL), Pré-Escolar e Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL). Nestas respostas o ano 2024 mostrou-se bastante favorável, na medida em que o número de utentes se manteve bastante aproximado ao do ano anterior. A procura de Pré-Escolar por parte das crianças que terminam a idade de creche nos nossos estabelecimentos é superior à capacidade disponibilizada, pelo que a FAAD encetou processo de licenciamento de uma nova sala, a desenvolver no Centro Comunitário da Lageosa em área que já teve a função inicial de ATL (quando Lageosa tinha escola primária). O contacto com a DGESTE foi positivo, estando a decorrer o processo de recolha de elementos necessários junto de outras entidades, nomeadamente o Município de Oliveira do Hospital. Também foi aprovado a candidatura ao aviso 9 do PRR, que irá permitir a criação na sede de uma sala de 2-3 anos e o investimento na melhoria da eficiência energética do edifício, estando a ser ultimado o caderno de encargos para o procedimento de concurso público.

✓ Atividade Hospitalar

A atividade hospitalar desenvolvida pela FAAD abrange diferentes áreas, pelo que é importante referirmo-nos a cada uma delas de forma individualizada. No que respeita aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, no decorrer do ano 2024, ocorreram algumas variações no número de exames realizados, quando comparado com o período homólogo. Nos exames enquadrados na área da radiologia, na globalidade verifica-se um aumento no número de exames realizados, o que não impede que haja lista de espera por dificuldade de contratação de médicos, havendo períodos de ociosidade dos equipamentos apenas por aquela razão. Por sua vez, nos exames da área da cardiologia houve uma diminuição do número de exames realizados, situação que se inverteu nos últimos meses do ano pela aquisição de novos equipamentos. Na área da gastroenterologia, análises clínicas e medicina física e reabilitação os valores encontram-se bastante aproximados dos praticados no ano transato, por estar esgotada a capacidade instalada.

Relativamente à consulta externa (consulta de especialidade e clínica geral), na globalidade, verificou-se um decréscimo do número de consultas realizadas, o que resulta maioritariamente do facto de o acesso à referência via CTH se ter encontrado limitado, pois apenas esteve em pleno funcionamento por um período aproximado de 4 meses (final de abril a agosto), precisamente pelo esgotar da verba destinada pelo SNS. No momento de suspensão, ficaram em lista de espera para primeira consulta 1048 pedidos. Por sua vez, o número de consultas realizadas no serviço de consulta alargada (urgência), em funcionamento na FAAD de segunda a

sexta das 20:00h às 08:00h e aos fins-de-semana e feriados 24h, teve um aumento bastante expressivo (aproximadamente 18%), que não foi contrariado por termos assumido, em conjunto com a autarquia, que se manteria o serviço aberto mesmo não sabendo como iria ser ressarcido financeiramente esse serviço. cremos, que este crescimento se deveu principalmente a três fatores: por um lado, o facto de haver um número considerável de utentes (não só no nosso concelho, mas também nos limítrofes), que se encontra sem médico de família, ao facto de as condições financeiras dos utentes não lhes permitirem recorrer a consultas de clínica geral em regime privado e a alternativa no SNS, em termos públicos, se encontra à distância e também com um conjunto de contrariedades significativas, tempo de espera à cabeça. Desta forma, encontram no serviço de consulta aberta uma alternativa para ver as suas questões de saúde (em alguns casos básicas), solucionadas a um custo muito reduzido ou até nulo. O aumento expressivo do número de consultas realizadas neste serviço demonstra-nos a efetiva importância do mesmo para a comunidade que servimos, daí a sua manutenção em funcionamento mesmo após se ter esgotado a verba prevista no protocolo.

Decorrente do facto de a referência via CTH, como referido anteriormente, ter estado em funcionamento apenas 4 meses e de termos um teto à faturação ao abrigo do protocolo com o SNS, o que levou ao encerramento do serviço no bloco operatório no final de julho, verificou-se uma diminuição bastante expressiva no número de intervenções cirúrgicas realizadas. Ao longo do ano 2024 foram realizadas 576 cirurgias (aproximadamente menos 23% do que no período homólogo), das quais cerca de 40% foram ao abrigo do protocolo com o SNS, 25% ao abrigo do Programa SIGIC, 24% em regime particular e as restantes ao abrigo dos diversos subsistemas de saúde (ADSE, Médis, ADM,...). Comparativamente com o ano transato, o número de cirurgias realizadas pelo SNS teve um decréscimo de aproximadamente 10%, facto que se encontra diretamente relacionado com a impossibilidade de referência via CTH, pois é esta consulta que dá origem ao episódio cirúrgico. Por sua vez, tanto as cirurgias realizadas ao abrigo do Programa SIGIC, como as realizadas em regime particular tiveram um aumento (SIGIC 4%, Particulares 7%), o que denota por um lado, que os tempos médios de resposta garantida nos hospitais de origem não estão a ser cumpridos, tendo os utentes que ser encaminhados via vale cirurgia para entidade do setor social e/ou privado. Por outro lado, estes valores são também indicativos de que os utentes, se veem forçados a recorrer às suas poupanças para a realização de cirurgias que são imprescindíveis para a sua saúde e consequente qualidade de vida. Podemos referir que essa suspensão da atividade cirúrgica deixou em lista de espera 189 doentes.



Figura 1 - Número de Cirurgias por Sistema de Saúde

3.2 – Matriz de Gastos da Atividade

Ao desenvolvimento da atividade da FAAD, encontram-se inerentes um conjunto de gastos fixos e variáveis sobre os quais é importante dispensar alguma atenção, a fim de melhor a perceção sobre os mesmos. Assim, apresenta-se de seguida uma grelha através da qual é possível fazer essa análise.

	2020		2021		2022		2023		2024	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%
Total Proveitos	6 570 409,86 €	100,0%	7 245 396,20 €	100,0%	7 913 275,71 €	100,0%	8 665 036,79 €	100,0%	8 569 846,86 €	100,0%
Gastos Pessoal	3 092 078,07 €	47,1%	3 505 818,23 €	48,4%	3 587 277,42 €	45,3%	3 774 749,21 €	43,6%	4 324 593,67 €	50,5%
Honorários	1 315 781,25 €	20,0%	1 567 596,95 €	21,6%	1 859 936,67 €	23,5%	1 899 187,12 €	21,9%	1 769 837,49 €	20,7%
Electricidade	55 488,91 €	0,8%	57 484,27 €	0,8%	35 220,55 €	0,4%	27 487,95 €	0,3%	64 193,55 €	0,7%
Combustíveis - Veiculos	12 584,90 €	0,2%	15 797,55 €	0,2%	24 073,39 €	0,3%	15 537,59 €	0,2%	13 158,16 €	0,2%
Gás/Pellets	65 302,44 €	1,0%	61 741,78 €	0,9%	105 035,52 €	1,3%	106 958,47 €	1,2%	93 483,80 €	1,1%
Água	9 509,07 €	0,1%	11 026,42 €	0,2%	22 581,27 €	0,3%	26 907,13 €	0,3%	23 987,16 €	0,3%
Manut/Conserv/Serv Esp	169 872,80 €	2,6%	130 091,43 €	1,8%	195 212,09 €	2,5%	160 147,10 €	1,8%	216 454,41 €	2,5%
CMVMC	1 142 156,09 €	17,4%	1 131 146,32 €	15,6%	1 268 691,22 €	16,0%	1 349 655,92 €	15,6%	1 365 065,50 €	15,9%
Outros	707 636,33 €	10,8%	764 693,25 €	10,6%	815 247,58 €	10,3%	1 304 406,30 €	15,1%	699 073,12 €	8,2%
Cash-Flow	437 888,76 €		564 429,46 €		630 309,18 €		1 185 679,27 €		563 146,61 €	
Cash-Flow/Proveitos	6,665%		7,790%		7,965%		13,683%		6,571%	

Figura 2 - Matriz de Gastos

Procedendo à análise dos dados inscritos na matriz apresentada, pode-se aferir que houve um decréscimo do montante global de proveitos na ordem dos 95.000,00€. Relativamente à percentagem de proveitos que é canalizada para cada uma das rubricas de gastos com maior relevância, verificaram-se algumas oscilações, especialmente na rubrica de gastos com pessoal (não tanto pelo incremento do número de funcionários mas sim pela atualização salarial), na rubrica de manutenção e nos outros.

4 – Investimentos

4.1 – Investimentos Realizados em 2024

Em qualquer organização, o investimento gera crescimento e evolução, pelo que é essencial que se realizem investimentos que possibilitem o incremento e melhoria da atividade desenvolvida, independentemente da área de atuação. Havendo na FAAD a perceção desta realidade, ano após ano, tem sido feito um esforço para que sejam realizados investimentos (alguns mais avultados, outros menos), que conduzam à melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Ao longo do ano 2024, o total de investimento realizado na FAAD foi de 127.575,33€.

✓ Equipamento Hospitalar

Nas atividades em saúde recorre-se, cada vez mais, à utilização de meios técnicos cuja rápida evolução tecnológica implica uma maior atenção por parte das entidades no que respeita à necessidade de renovação dos equipamentos, de modo a que seja possível melhorar a qualidade dos serviços prestados. Atentos a estas questões, no ano 2024 foram realizados alguns investimentos para a atividade hospitalar que muito contribuíram para a eficácia e qualidade dos serviços que diariamente disponibilizamos aos nossos utentes. O investimento nesta área foi de 25.119,87€.

✓ Equipamento de Transporte

Para a prestação de alguns dos serviços que disponibilizamos aos nossos utentes, é imprescindível a utilização de viaturas, sendo necessário que a FAAD disponha de uma frota de veículos adequada às necessidades. Estando a carrinha destinada ao transporte dos utentes de Centro de Dia já bastante desgastada, surgiu a oportunidade de efetuar uma candidatura ao Fundo Ambiental – Mobilidade Verde Passageiros, cuja comparticipação seria de 5.000,00€. Foi então formalizada a candidatura para a aquisição de uma carrinha elétrica de 7 lugares, que foi aprovada. O valor total deste investimento foi de 35.378,00€ e a viatura entrou ao serviço no mês de outubro. Foi ainda apresentada candidatura ao Aviso 12, que foi aprovada e que proporcionará um apoio de 40.000€ na aquisição de uma viatura elétrica, de 9 lugares, com capacidade de transporte de pessoas com mobilidade reduzidas.

✓ Equipamento Informático e Administrativo

O recurso às ferramentas informáticas com a performance necessária implica a renovação e/ou aquisição de novos equipamentos de modo a que se consiga garantir não só o bom funcionamento dos serviços, mas também a confidencialidade de toda a informação. Nesta

rubrica há investimento em equipamento, mas também em *software*, tendo havido, no ano 2024, um investimento total de 9.156,82€, dos quais 3.319,77€ são *software*.

✓ Equipamento de Cozinha e Diversos

Na área do serviço de alimentação e dietética, tendo em conta que no ano transato se deu por concluída a obra de ampliação do espaço da cozinha, em que houve renovação de alguns equipamentos, houve apenas a necessidade de efetuar um pequeno investimento no valor de 696,83€.

Ao longo do ano 2024, houve a necessidade de fazer, também, alguns investimentos mais diversificados, cujo valor global totaliza 13.902,61€. Destacamos a substituição do queimador de uma das caldeiras de aquecimento a pellets (por avaria do mesmo), bem como a aquisição de dois aparelhos de ar condicionado que se destinam à climatização dos dois novos gabinetes para consulta externa disponibilizados em meados de 2024.

✓ Investimentos em Curso

Nesta rubrica encontram-se registadas despesas referentes a projetos de arquitetura para as quais se prevê apoio do PRR. À data de 31-12-2024 esta rubrica apresenta um saldo de 108.044,78€, dos quais 64.723,58€ correspondem a saldos transitados de anos anteriores, todos de projetos a decorrer, sendo que dois deles entrarão em obra no mês de abril próximo.

5 – Produção

Fruto dos constrangimentos já anteriormente explicados, no que respeita aos limites de faturação que nos vão sendo impostos, no ano 2024, verificou-se um decréscimo no valor das prestações de serviços de aproximadamente 175.000,00€. Ainda assim, os serviços prestados foram superiores mas não existe certeza da possibilidade da sua faturação, que se irá insistir veementemente, judicialmente se necessário.

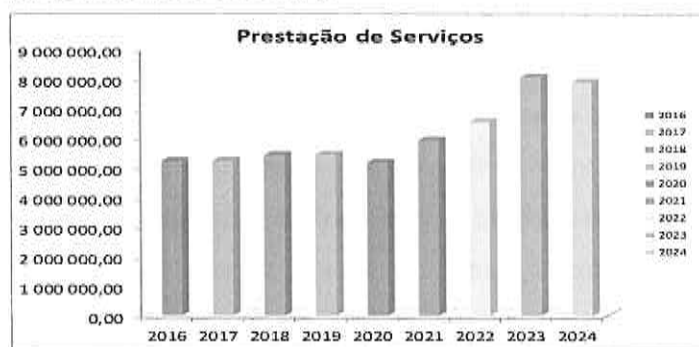


Figura 3 - Prestação de Serviços

Almeida

O decréscimo do valor das prestações de serviços teve um impacto direto no desempenho económico.

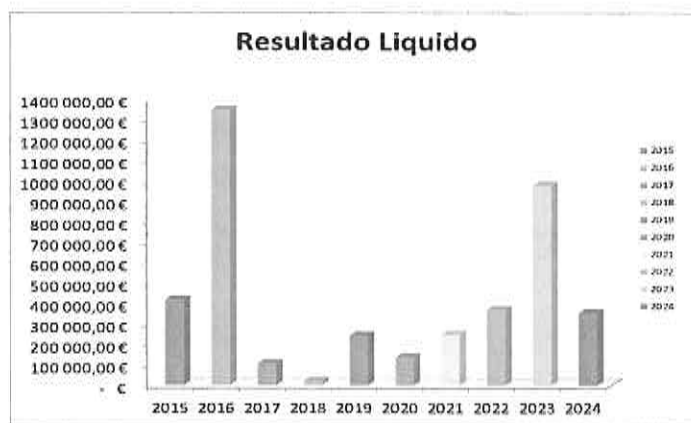


Figura 4 - Resultado Líquido do Exercício

Contudo, convém referir que estão assumidos um conjunto de gastos associados a serviços prestados que, à data de relato, se não podem considerar como acréscimo de rendimentos. O atingir, em 30 de junho de 2024, do teto de despesa autorizada como passível de faturação ao Serviço Nacional de Saúde, implicava uma tomada de decisão que o Conselho Executivo decidiu partilhar com todos os elementos do Conselho de Administração e com o executivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e o Presidente da Assembleia Municipal.

Sem deixar de referir que tudo se fez para que a ACSS tomasse posição quanto a este assunto prévio àquela data, chegámos até ao final de março de 2025 sem nada ter de concreto para retomar uma atividade plena que foi suspensa em julho de 2024. Ou seja, em meados de 2024 e após discussão com os elementos atrás referidos, foi decidido suspender a disponibilização da consulta externa de especialidades, a atividade cirúrgica e o internamento médico, disso dando conhecimento à ACSS, fazendo acompanhar da lista nominativa dos utentes que ficaram em lista de espera. Nessa altura, apenas a consulta de doentes agudos (urgência) se manteve disponível para os utentes até ao final do ano e agora assim se mantém, sob o formato de Centro de Atendimento Clínico (CAC), regulado por protocolo firmado com a ULS Coimbra.

A 27 de março de 2025, o Conselho de Ministros tomou resolução no sentido do reforço e reprogramação das verbas do protocolo 2021/2024, para acautelar o excedente de produção do Hospital no atendimento de utentes do SNS. Tal facto, que está em linha com a informação da ACSS de que só nessa sede é que se poderia autorizar despesa, não terá contudo correspondência com a verba apurada da valorização dessa produção suplementar, já que não contemplará toda ela, que se cifra em 495.428,66€ (conforme consta do relatório final enviado à ACSS) e a aprovação será de somente 169.907,03€, valor que se registou como acréscimo de rendimento. Nesse sentido, ainda que se aguarde pela publicação dessa resolução (RCM) em

Diário da República, foi desde logo solicitado à ACSS um pedido de esclarecimento sobre o diferencial da autorização de despesa que, para além dos quase meio milhão de euros, deveria contar com uma verba destinada também a pagar as cirurgias que foram realizadas em outros hospitais através da emissão de vales cirurgia, que até ao momento foram 16, todas no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Anadia, tal como nos havia referido telefonicamente a Sr^a. Dr^a. Sandra Brás, vogal do Conselho Diretivo da ACSS.

O impacto contabilístico do que se teve conhecimento à data da elaboração deste relatório implicaram o acréscimo de rendimento do ano de 2024 apenas o valor que constará na referida RCM e o enfase, neste ponto, do diferencial de 325.520.93€ que desejamos esclarecido. Todos estes cálculos estão justificados no relatório apresentado à ACSS em 8 de janeiro último quanto à execução do protocolo mas cuja aprovação não está dependente desta instituição, não obstante considerar que é legítima essa faturação futura para além do valor que nos indicam como autorizado.

6 – Recursos Humanos

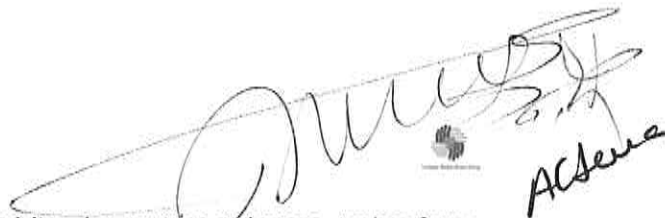
O montante despendido, em gastos com pessoal no ano 2024 foi de 4.324.593,67€. Se procedermos à análise comparativa deste valor, com o período homólogo, verifica-se um acréscimo na ordem dos 14%. Este aumento resulta, em parte da atualização das tabelas salariais em vigor. Além da atualização imposta por lei, o conselho de administração decidiu proceder também à atualização salarial de todos os funcionários cujo vencimento era já superior ao previsto nas tabelas, tendo na linha da frente os enfermeiros tendo equiparado a sua remuneração a regime aplicável na função pública, procurando estabilizar este corpo ao serviço do Hospital. Esta atualização foi feita na mesma proporção do aumento das tabelas. No ano 2024, o quadro de pessoal manteve-se em linha com os dois últimos anos.

dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24
212	203	193	205	212	211	211

A informação apresentada na tabela acima refere-se apenas a trabalhadores por conta de outrem, sendo o número de colaboradores global da FAAD em número bastante superior, tendo estes outro tipo de vínculo dependendo da sua relação com a Instituição (avenças, outras empresas, etc.).

7 – Processos judiciais em decisão

Em 2019 foram iniciados processos de contencioso, com o patrocínio do escritório de advogados Veiga & Moura e Associados, contra a ARS Centro, a propósito da faturação de processos SIGIC,

A large, stylized handwritten signature in black ink is positioned at the top right of the page. Below it, there is a small circular official stamp. To the right of the stamp, the name 'Alceme' is written in a cursive script.

por alegadamente estar irregularmente inscrito um médico das equipas cirúrgicas. Ambos foram favoráveis à FAAD em primeira instância e aos quais a ARS Centro interpôs recurso. Existem portanto dois processos judiciais ativos, aguardando decisão do tribunal de 2.ª instância:

1. Processo n.º 578/20.2BECBR;
2. Processo n.º 523/19.8BECBR.

8 – Perspetiva para o futuro

O ano de 2025 afigura-se-nos incerto, como muita necessidade de resiliência e de diálogo com todos os interessados na instituição, internos e externos, procurando explicar a necessidade de adiar algumas decisões que terão impacto no dia-a-dia mas, também, na previsão do caminho a trilhar em termos de orientação dos investimentos e das contratações.

Ainda assim, na medida do que nos é possível, há a determinação em concretizar todos os investimentos que têm apoio de financiamento do PRR e também de implementar medidas de ampliação dos serviços prestados, disponibilizando ao público melhores horários como é exemplo de atendimento em dias não úteis do laboratório de análises clínicas, exames radiológicos e de cardiologia, procurando diminuir a espera e aumentando a agrado por esta unidade ao serviço desde 1955.

Claro que o arranque das obras da recuperação da antiga Pensão Comércio e o contíguo prédio do Sr. Madeira, que irão integrar a Bolsa Nacional de Alojamento e Temporário, dá-nos o prazer acrescido da reabilitação de um edifício na zona nobre da cidade para além do aspeto social, a que se seguirá a criação do primeiro complexo de habitação colaborativa no concelho, cuja obra necessariamente se iniciará no corrente ano.

Esperamos que haja luz verde no encetado relacionamento com a ULS Coimbra, a quem estão acometidas agora competências de relacionamento com o setor social, para o reiniciar da atividade cirúrgica e das consultas de especialidade para os utentes do SNS.

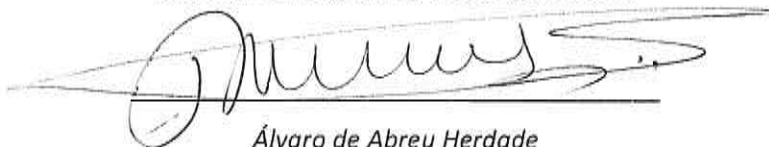
Também há o propósito de, via Centro Português de Fundações, frustradas que estão as diligências junto da CNIS para que tal sucedesse, haver uma melhor representatividade corporativa da Fundação, em conjunto com as demais, junto do Ministério da Saúde, procurando assim que não seja tão difícil dar a perceber as dificuldades que nos têm sido criadas e as consequências para a população que visamos servir. Neste particular, preocupa-nos a abordagem recente da ACT quanto ao regime de escalas em uso no Hospital, que não decalcam o previsto no CCT para as IPSS's mas sim a realidade hospitalar em uso nos hospitais da rede pública por vontade expressa dos próprios funcionários, facto de que demos conhecimento à CNIS para que seja contemplada em revisão do CCT e, por iniciativa do corpo de enfermagem,

diretamente e por escrito, à inspetora daquela autoridade. A abordagem do ACT, após inspeção, aponta no sentido de que devem ser respeitados os preceitos previstos para a elaboração das escalas, mesmo sabendo que todos os enfermeiros ao serviço, exceto uma (que terá promovido pela denúncia) não têm interesse nesse regime de rotatividade, que justificam quer por interesse pessoal quer do próprio serviço.

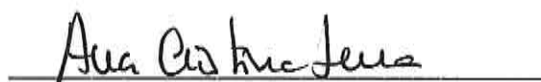
9 – Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho Executivo propõe ao Conselho de Administração, no âmbito da aprovação deste relatório e contas, que o resultado líquido positivo do exercício de 2024 no valor de 356.009,95€ seja incorporado em capitais próprios, por via da sua transferência para a conta de resultados transitados.

Oliveira do Hospital, 28 de março de 2025



Álvaro de Abreu Herdade



Ana Cristina Saraiva Gouveia Serra



Rogério António Pereira Prazeres



BALANÇO

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 500746621
Moeda: (Valores em Euros)

Assinatura

RÚBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31/dez/24	31/dez/23
ACTIVO				
Activo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4	3 597 535,73	3 674 701,52	
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00	
Ativos intangíveis	5	4 222,64	6 618,15	
Investimentos financeiros	16.1	46 342,23	37 292,81	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00	
		3 648 100,60	3 718 612,48	
Activo corrente				
Inventários	7	125 675,44	120 439,03	
Créditos a receber	16.3	1 297 597,35	1 342 712,80	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	
Diferimentos	16.5	4 149,84	2 606,58	
Caixa e depósitos bancários	16.7	4 778 480,52	4 209 999,64	
Estado e Outros Entes Públicos	16.10	7 809,16	4 781,16	
Outros Ativos Correntes	16.4	1 592 435,30	2 014 736,67	
		7 806 147,61	7 695 275,88	
Total do ativo		11 454 248,21	11 413 888,36	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	16.8	1 591 388,23	1 591 388,23	
Excedentes técnicos		0,00	0,00	
Reservas		0,00	0,00	
Resultados transitados	16.8	6 108 196,95	5 127 376,90	
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	16.8	2 238 954,55	2 279 734,97	
		9 938 539,73	8 998 500,10	
Resultado líquido do período		356 009,95	980 820,05	
Total dos fundos patrimoniais		10 294 549,68	9 979 320,15	
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	9	101 684,04	101 684,04	
Provisões específicas		0,00	0,00	
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00	
		101 684,04	101 684,04	
Passivo corrente				
Fornecedores	16.9	350 246,80	660 160,18	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	
Diferimentos		0,00	13 938,72	
Estado e Outros Entes Públicos	16.10	110 314,66	94 106,17	
Outros Passivos Correntes	16.11	597 453,03	564 679,10	
		1 058 014,49	1 332 884,17	
Total do passivo		1 159 698,53	1 434 568,21	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		11 454 248,21	11 413 888,36	

O Conselho Executivo

O Responsável

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO 2024

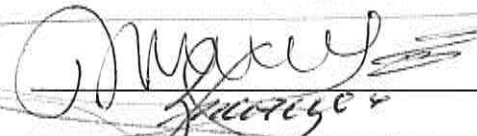
Contribuinte: 500746621

Moeda: (Valores em Euros)

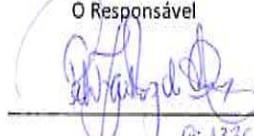
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/dez/24	31/dez/23
Prestações de serviços	8	7 866 461,43	8 041 959,04
Subsídios, doações e legados à exploração	16.13	227 955,85	222 292,83
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	14	177 311,38	155 601,38
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	1 365 065,50	1 349 655,92
Fornecimentos e serviços externos	16.14	2 303 945,37	2 328 139,60
Gastos com o pessoal	12	4 324 593,67	3 774 749,21
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	16.15	155 544,37	185 422,96
Outros gastos e perdas	16.15	10 555,73	24 525,66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		423 112,76	1 128 205,82
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	207 136,66	204 859,22
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		215 976,10	923 346,60
Juros e rendimentos similares obtidos	16.17	142 573,83	59 760,58
Juros e gastos similares suportados	16.17	2 539,98	2 287,13
Resultados antes de impostos		356 009,95	980 820,05
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		356 009,95	980 820,05

O Conselho Executivo

O Responsável



 Ana Cristina



 0013364

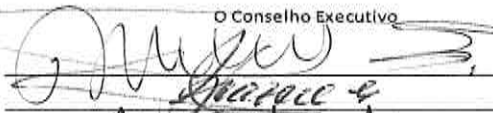


DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERIÓDICA
PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2024

NIPC: 500 746 621
Moeda: Valores em Euros

RÚBRICAS	DATAS	
	2024	2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes e Utentes	8 446 965,47	7 522 830,17
Pagamentos de subsídios à Exploração	227 955,85	236 231,55
Pagamentos de Rendimentos Suplementares Operacionais	19 883,74	42 913,05
Pagamentos de Subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de Apoios	0,00	0,00
Pagamentos de Bolsas	0,00	0,00
Pagamento a Fornecedores	4 235 993,50	3 732 793,45
Pagamentos ao Pessoal	2 740 170,88	2 326 936,30
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	<i>1 718 640,68</i>	<i>1 742 245,02</i>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-1 320 016,71	-1 305 360,63
<i>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</i>	<i>398 623,97</i>	<i>436 884,39</i>
Fluxos de caixa das actividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	124 255,59	123 577,53
Ativos intangíveis	3 319,77	3 948,30
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	32 413,81
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	82 774,02	82 628,53
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	100 366,40	17 881,20
Juros e rendimentos similares	92 601,35	31 611,95
Dividendos	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</i>	<i>148 166,41</i>	<i>-27 817,96</i>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	24 230,48	34 045,26
Outras operações de financiamentos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	2 539,98	2 287,13
Dividendos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</i>	<i>21 690,50</i>	<i>31 758,13</i>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	568 480,88	440 824,56
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 209 999,64	3 769 175,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 778 480,52	4 209 999,64

O Conselho Executivo

Aur. António Lima

O Responsável

CC 13364


AGS



Fundação Aurélio Amaro Diniz

FUNDAÇÃO DE AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS

**Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
31 de dezembro de 2024**

1 - Identificação da entidade

A “Fundação Aurélio Amaro Diniz” é uma Fundação de Solidariedade Social, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua António Mendes Monteiro, Quinta da Comenda, 3400-083 Oliveira do Hospital, criada em cumprimento da disposição testamentária de Benemérito Aurélio Amaro Diniz, falecido em 20 de Maio de 1943.

Rege-se pela legislação que lhe seja aplicável e por Estatutos, que na sua versão mais recente (por via da adaptação à Lei-Quadro das Fundações conjugada com o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social) foram aprovados em julho de 2020 e que têm por base a vontade do benemérito espelhada nos aprovados por Alvará do Governo Civil de Coimbra número 45, de 12 de Junho de 1945.

A FAAD tem por objetivo contribuir para a promoção da população do Concelho de Oliveira do Hospital e de toda a região, em especial da Freguesia da Lageosa, terra da Naturalidade do Fundador, através do propósito de dar expressão organizada no dever de solidariedade e de justiça entre os indivíduos mediante a concessão de bens e prestação de serviços.

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado PELO Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Base para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de julho;
- NCRF-ESNL – Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

3 – Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 – Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

A handwritten signature in black ink is written over a circular official stamp. The signature appears to be 'Adma'. The stamp is partially obscured by the signature.

3.1.1 – Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins (Sustentabilidade).

3.1.3 - Compreensibilidade

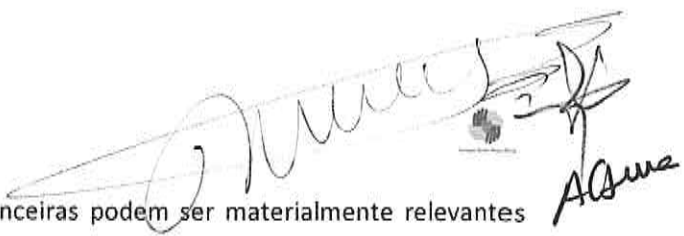
A informação das Demonstrações Financeiras deve ser de fácil compreensão para os Utentes. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 - Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 – Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua



apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 – Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 – Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 – Substância sobre a forma

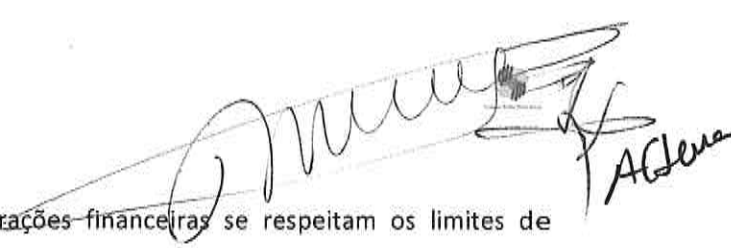
Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 – Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 – Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.



3.1.11 – Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 – Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 – Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 – Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 – Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, extraído da legislação fiscal.

3.2.3 – Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou

Handwritten signature and a circular stamp with a logo inside.

produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário ou pelo valor atribuído pela companhia de seguros.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incursas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Pelo regime de depreciações utilizado anteriormente, revelar efetuar uma estimativa de vida útil adequada, mantiveram-se as taxas até aqui utilizadas, extraídas da legislação fiscal.

Nesta rubrica encontram-se ainda incluídas “as designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios) ”.

3.2.4 – Bens do Património Histórico e Cultural

Não existem bens do património histórico e cultural.

3.2.5 – Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços.

3.2.6 – Investimentos Financeiros

A FAAD é detentora de participações em duas cooperativas, tendo sido o seu registo pelo valor de aquisição das mesmas. Em ambas foi recebido donativo de terceiros para a aquisição desse capital.

3.2.7 – Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que

o valor do custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o Custo Médio Ponderado.

3.2.8 – Instrumentos Financeiros

Não existem mecanismos negociados de eliminação de riscos financeiros (câmbios, taxas de juro, entre outros).

- Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

- Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim, retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

- Outros ativos e passivos financeiros

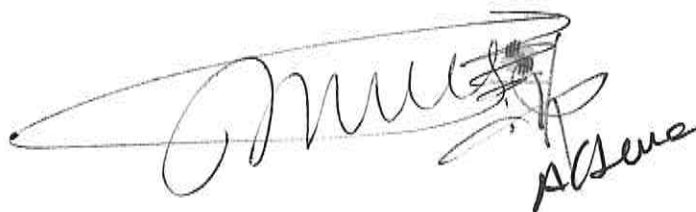
Não existem instrumentos financeiros a reconhecer.

- Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo (depósitos a prazo de capital garantido) que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Amélia', is written over a circular official stamp. To the right of the signature, the word 'Assine' is written vertically in a similar handwritten style.

3.2.9 – Fundos Patrimoniais

Não aplicável.

3.2.10 - Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um *exfluxo* que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir *exfluxo* englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo, tal como sucede no presente relatório.

3.2.11 – Financiamentos Obtidos

- Empréstimos obtidos

Não existem empréstimos junto de instituições bancárias ao longo de todo o exercício, sendo que os gastos apresentados como comissões bancárias correspondem a comissões de serviços, especialmente com a operacionalidade de TPA's.

- Locações

Não existem contratos de locação.

3.2.12 – Estado e Outros Entes Públicos

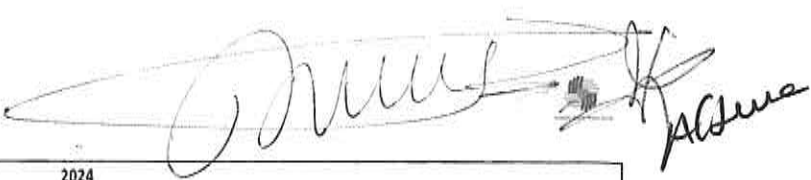
A FAAD encontra-se isenta de IRC conforme despacho dos Ministérios das Finanças e do Trabalho e Solidariedade de 16 de julho de 1998 (Diário da República III Série, nº 227). O atual estatuto de IPSS confere a isenção automática deste imposto.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

2023						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 304 744,24 €	- €	- €	- €	- €	1 304 744,24 €
Edifícios e outras construções	4 962 152,12 €	293 583,72 €	- €	- €	- €	5 255 735,84 €
Equipamento básico	2 179 165,31 €	116 763,25 €	- 46 125,00 €	- €	- €	2 249 803,56 €
Equipamento de transporte	252 746,63 €	- €	- €	- €	- €	252 746,63 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	456 876,00 €	6 514,43 €	- €	- €	- €	463 390,43 €
Outros Activos fixos tangíveis	27 738,28 €	299,85 €	- €	- €	- €	28 038,13 €
Investimentos em Curso	325 893,49 €	32 413,81 €	- €	293 583,72 €	- €	64 723,58 €
Total	9 509 316,07 €	449 575,06 €	- 46 125,00 €	- 293 583,72 €	- €	9 619 182,41 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	2 988 148,01 €	120 397,92 €	- €	- €	- €	3 108 545,93 €
Equipamento básico	2 128 855,52 €	55 176,93 €	- 46 125,00 €	- €	- €	2 137 907,45 €
Equipamento de transporte	201 471,69 €	17 091,64 €	- €	- €	- €	218 563,33 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	452 001,85 €	4 975,78 €	- €	- €	- €	456 977,63 €
Outros Activos fixos tangíveis	21 071,55 €	1 415,00 €	- €	- €	- €	22 486,55 €
Total	5 791 548,62 €	199 057,27 €	- 46 125,00 €	- €	- €	5 944 480,89 €

Figura 5 - Ativos Fixos Tangíveis 2023


 ACISMA

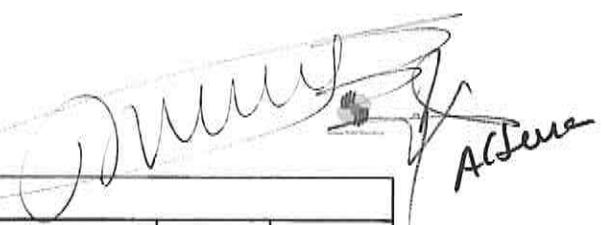
2024						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições /	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 304 744,24 €	- €	- €	- €	- €	1 304 744,24 €
Edifícios e outras construções	5 255 735,84 €	- €	- €	- €	- €	5 255 735,84 €
Equipamento básico	2 249 803,56 €	39 719,34 €	- €	- €	- €	2 289 522,90 €
Equipamento de transporte	252 746,63 €	35 378,00 €	- 2 750,00 €	- €	- €	285 374,63 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	463 390,43 €	5 117,09 €	- €	- €	- €	468 507,52 €
Outros Activos fixos tangíveis	28 038,13 €	719,96 €	- €	- €	- €	28 758,09 €
Investimentos em Curso	64 723,58 €	43 321,20 €	- €	- €	- €	108 044,78 €
Total	9 619 182,41 €	124 255,59 €	- 2 750,00 €	- €	- €	9 740 688,00 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	3 108 545,93 €	116 500,66 €	- €	- €	- €	3 225 046,59 €
Equipamento básico	2 137 907,45 €	53 672,82 €	- €	- €	- €	2 191 580,27 €
Equipamento de transporte	218 563,33 €	25 936,14 €	- 2 750,00 €	- €	- €	241 749,47 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	456 977,63 €	3 476,65 €	- €	- €	- €	460 454,28 €
Outros Activos fixos tangíveis	22 486,55 €	1 835,11 €	- €	- €	- €	24 321,66 €
Total	5 944 480,89 €	201 421,38 €	- 2 750,00 €	- €	- €	6 143 152,27 €

Figura 6 - Ativos Fixos Tangíveis 2024

5 – Ativos Intangíveis

2023						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	99 888,55 €	3 948,30 €	- €	- €	- €	103 836,85 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	99 888,55 €	3 948,30 €	- €	- €	- €	103 836,85 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	91 416,75 €	5 801,95 €	- €	- €	- €	97 218,70 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	91 416,75 €	5 801,95 €	- €	- €	- €	97 218,70 €

Figura 7 - Ativos Fixos Intangíveis 2023


 A. Silva

2024						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	103 836,85 €	3 319,77 €	- €	- €	- €	107 156,62 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	103 836,85 €	3 319,77 €	- €	- €	- €	107 156,62 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	97 218,70 €	5 715,28 €	- €	- €	- €	102 933,98 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	97 218,70 €	5 715,28 €	- €	- €	- €	102 933,98 €

Figura 8 - Ativos Fixos Intangíveis 2024

6 – Custos de Empréstimos Obtidos

Não se verificaram encargos com empréstimos bancários, por inexistência de financiamento bancário.

7 – Inventários

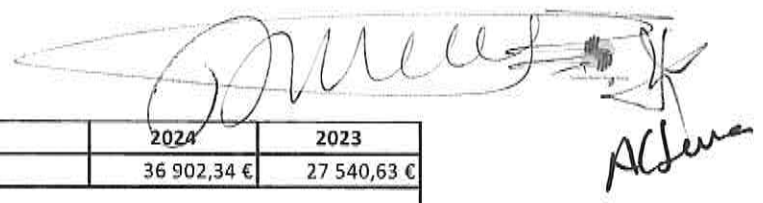
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2023				2024		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	121 229,39 €	1 348 865,56 €	- €	120 439,03 €	1 370 301,91 €	- €	125 675,44 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	121 229,39 €	1 348 865,56 €	- €	120 439,03 €	1 370 301,91 €	- €	125 675,44 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- €	- €	- €	1 349 655,92 €	- €	- €	1 365 065,50 €
Variações nos inventários da produção	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Figura 9 - Inventários

8 – Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2023 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:



Descrição	2024	2023
Vendas	36 902,34 €	27 540,63 €
Prestação de Serviços		
Quotas de Utilizadores, Matrículas e Mensalidades de	872 635,45 €	841 280,83 €
Comparticipações de Entidades Públicas - ISS, IP	1 289 580,43 €	1 125 797,93 €
Promoções para captação de recursos	5 667 343,21 €	6 047 339,65 €
Total	7 866 461,43 €	8 041 959,04 €

Figura 10 – Réditos

9 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

• Provisões

Mantém-se a provisão constituída em 2013 no valor de 101.684,04€ em virtude de não haver resposta ao recurso hierárquico enviado à Segurança Social por se discordar da necessidade de devolução de verbas a quando da gestão da “Casa Sarah-Beirão” em Travanca de Lagos.

• Passivos contingentes

Não se aplica.

• Ativos contingentes

Não se aplica.

10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

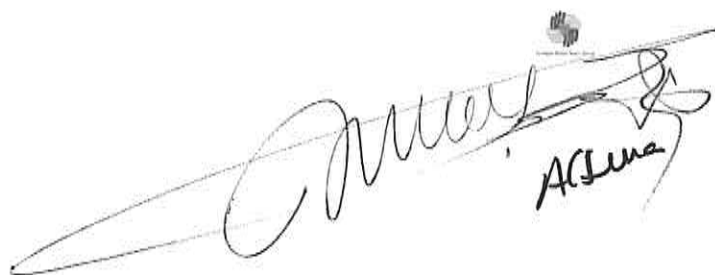
A 31 de dezembro de 2023 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital	98 601,73 €	59 149,68 €
IEFP - Centro Emprego Arganil	48 482,95 €	102 748,75 €
Autarquias	32 846,37 €	17 950,34 €
POPH	- €	- €
IFAP/QREN Pro Centro	- €	- €
Instituto Gestão Fin. Seg. Social	- €	- €
Apoios do Governo		
Total	179 931,05 €	179 848,77 €

Figura 11 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

11 – Instrumentos Financeiros

Não se aplica.

A handwritten signature in black ink is written over a circular official stamp. The signature appears to be 'A. Luna'.

12 – Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos manteve-se tal como no ano transato, sendo o Conselho de Administração constituído por 7 elementos, 3 dos quais executivos (Conselho Executivo) e os restantes não executivos. Mantém-se a inexistência de qualquer vínculo como entidade patronal e as funções são desempenhadas sem qualquer remuneração.

O número médio de funcionários com vínculo contratual na FAAD a 31/12/2023 era de 211, mantendo-se o mesmo número no final de 2024.

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	3 523 860,01 €	3 079 709,63 €
Benefícios Pós-Emprego	- €	- €
Indemnizações	- €	- €
Encargos sobre as Remunerações	729 596,03 €	636 949,02 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	28 596,57 €	24 038,49 €
Gastos de Acção Social	2 860,05 €	3 772,71 €
Outros Gastos com o Pessoal	39 681,01 €	30 279,36 €
Total	4 324 593,67 €	3 774 749,21 €

Figura 12 - Benefícios dos Empregados

13 – Acontecimentos após a data de Balanço

Apesar de todos os constrangimentos inerentes a esta situação a FAAD adaptou-se, pelo que os factos observados no ano 2024, devidamente divulgados no relatório de gestão e demonstrações financeiras, não tiveram impactos adicionais na atividade registada nos primeiros meses de 2025, exceto os já salientados nestes documentos.

14 – Trabalhos para a Própria Entidade

Esta rubrica encontra-se dividida da seguinte forma:

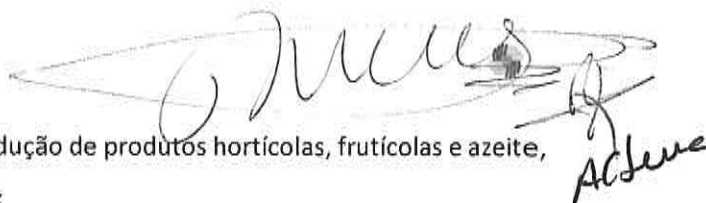
Descrição	2024	2023
Autoconsumos	384,38 €	4 334,36 €
Subsidio Alimentação	176 927,00 €	151 267,02 €
TOTAL	177 311,38 €	155 601,38 €

Figura 13 - Trabalhos para a Própria Entidade

Os valores inscritos nesta rubrica resultam das seguintes situações:

a) Exploração da quinta, que origina a produção de produtos hortícolas, frutícolas e azeite, que são valorizados ao preço de mercado atual;

b) Imputação do valor referente ao subsídio de refeição, de acordo com o estabelecido no CCT, em virtude do mesmo ser pago em espécie.


A. L. L. L.

15 – Divulgação exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas em 2024 foram de 7.200,00€ e respeitam exclusivamente a serviços de revisão legal das contas.

16 – Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 – Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2024, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

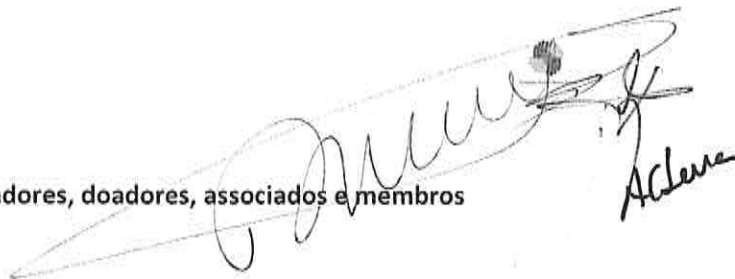
Descrição	2024	2023
Investimentos em subsidiárias	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em associadas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos noutras empresas	6 078,20 €	6 078,20 €
Outros investimentos financeiros	40 264,03 €	31 214,61 €
Perdas por Imparidade Acumuladas	- €	- €
Total	46 342,23 €	37 292,81 €

Figura 14 - Investimentos Financeiros

Encontra-se reconhecido nesta rubrica o valor referente ao Fundo de Compensação dos trabalhadores (cujas contribuições cessaram em maio de 2023).

16.2 – Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, doadores, associados e membros

Não se aplica.



Handwritten signature and stamp, likely of the Auditor, with the name "Arlene" visible.

16.3 – Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2024 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	1 271 086,31 €	1 337 095,25 €
Utentes	26 511,04 €	5 617,55 €
Clientes e Utentes Títulos a Receber		
Clientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Total	1 297 597,35 €	1 342 712,80 €

Figura 15 - Clientes e Utentes

16.4 – Outras Contas a Receber

A rubrica “Outras Contas a Receber” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Remunerações a pagar ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	- €	- €
Devedores por acréscimos de rendimentos	820 696,38 €	1 147 631,35 €
Outras operações	- €	- €
Outros Devedores	779 157,41 €	874 523,81 €
Perdas por Imparidade	- 7 418,49 €	- 7 418,49 €
Total	1 592 435,30	2 014 736,67

Figura 16 - Outras Contas a Receber

Encontra-se registado na rubrica “devedores por acréscimo de rendimentos”, o seguinte:

» montante correspondente à atividade cirúrgica ao abrigo do Programa SIGIC, cujo reconhecimento tem de ser efetuado, pelo facto de haver um desfasamento temporal entre a data da efetiva prestação do serviço e a data da faturação (resulta do cumprimento da legislação





aplicável). Assim, é necessário proceder ao apuramento de um valor estimado, tanto na parte do rendimento (212.023,89€), como do gasto (honorários médicos – ver ponto 17.10);

» valor referente ao acerto final do protocolo SNS (190.000,00€, 10% do valor global), cuja fatura foi emitida em janeiro de 2025;

» valor referente a produção hospitalar extra do ano 2024 (169.907,03€) na componente já reconhecida por aprovação no Conselho de Ministros (resolução a aguardar publicação em Diário da República);

» valor correspondente a um processo de SIGIC de 2023, que se encontra pendente de validação (5.381,45€);

» valor correspondente a processos de anos anteriores que se encontram em reclamação judicial, estando a FAAD a aguardar o resultado do recurso interposto pela ARS Centro o qual contestámos (174.509,48€);

» montante correspondente a estimativa de juros de depósitos a prazo constituídos em 2024, cujo vencimento será em 2025 (68.874,53€).

Na rubrica “outros devedores” encontram-se os seguintes registos:

» valor referente ao reconhecimento dos contratos de apoio ao abrigo do programa Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT/PRR) celebrado com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) (740.960,12€), tendentes à recuperação de dois imóveis para apartamentos de autonomia e alojamentos de emergência;

» montante referente ao programa PARES 3.0, na tranche ainda por receber referente ao pedido de pagamento final submetido e que estará em validação junto da entidade gestora (ISS).

16.5 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a Reconhecer		
Seguros	4 149,84 €	2 606,58 €
Total	4 149,84 €	2 606,58 €
Rendimentos a Reconhecer		
Serviços a Prestar	- €	13 938,72 €
Total	- €	13 938,72 €

Figura 17 - Diferimentos

Encontra-se registado na rubrica “Gastos a Reconhecer” o montante referente a seguros que, tendo sido pagos em 2024, serão gastos de 2025.

16.6 – Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2024, as seguintes participações de capital.

Descrição	2024	2023
Cooperativa Rádio Boa Nova	5 000,00 €	5 000,00 €
Caixa Crédito Agrícola de Oliveira do Hospital, CRL	1 078,20 €	1 078,20 €
Total	6 078,20 €	6 078,20 €

Figura 18 - Outros Ativos Financeiros

As referidas participações encontram-se registadas ao método do custo.

16.7 – Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	2 506,59 €	2 082,97 €
Depósitos à ordem	370 973,93 €	307 904,53 €
Depósitos a prazo	4 405 000,00 €	3 900 012,14 €
Outros	- €	- €
Total	4 778 480,52 €	4 209 999,64 €

Figura 19 - Caixa e Depósitos Bancários

16.8 – Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 591 388,23 €	- €	- €	1 591 388,23 €
Excedentes técnicos	- €	- €	- €	- €
Reservas	- €	- €	- €	- €
Resultados transitados	5 127 376,90 €	980 820,05 €	- €	6 108 196,95 €
Excedentes de revalorização	- €	- €	- €	- €
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 279 734,97 €	5 000,00 €	45 780,42 €	2 238 954,55 €
Total	8 998 500,10 €	985 820,05 €	45 780,42 €	9 938 539,73 €

Figura 20 - Fundos Patrimoniais

As variações ocorridas na rubrica “Fundos Patrimoniais” resulta:

- Transferência do resultado líquido do ano 2023, no valor de 980.820,05€ para a conta de Resultados Transitados, de acordo com deliberação do Conselho de Administração;
- Diminuição, pela imputação de subsídios do proporcional anual referente a subsídios atribuídos à FAAD e doações;
- Aumento pela imputação de novos subsídios atribuídos (Fundo Ambiental – Mobilidade Verde Passageiros).

16.9 – Fornecedores

O saldo de rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	350 246,80 €	660 160,18 €
Fornecedores títulos a pagar	- €	- €
Fornecedores facturas em recepção e conferência	- €	- €
Total	350 246,80 €	660 160,18 €

Figura 21 – Fornecedores

16.10 – Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7 809,16 €	4 781,16 €
Outros Impostos e Taxas	- €	- €
Total	7 809,16 €	4 781,16 €
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	- €	- €
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	22 883,38 €	23 890,98 €
Segurança Social	77 648,61 €	70 215,19 €
Outros Impostos e Taxas	9 782,67 €	- €
Total	110 314,66 €	94 106,17 €

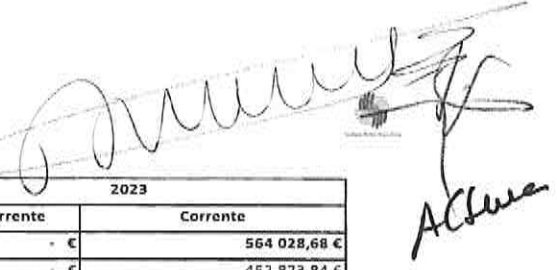
Figura 22 - Estado e Outros Entes Públicos

Encontra-se registado na rubrica do ativo, o valor respeitante aos reembolsos de IVA pedidos (50% do valor do IVA suportado na aquisição de produtos alimentares para os utentes das respostas sociais, obras/manutenção de equipamentos e ativos fixos tangíveis), que à data de encerramento não tinham ainda sido reembolsados (7.809,14€). Ao longo do ano o valor dos reembolsos pedidos foi de 19.644,75€.

Na rubrica do passivo, encontravam-se registados os valores liquidados pela FAAD em 2024, a título de retenções na fonte de IRS e encargos sociais, cujo pagamento foi realizado, dentro dos prazos legais, em janeiro de 2025.

16.11 – Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras Contas a Pagar” desdobra-se da seguinte forma:



Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	- €	596 729,97 €	- €	564 028,68 €
Remunerações a pagar	- €	499 224,26 €	- €	452 873,84 €
Cauções	- €	- €	- €	- €
Outras operações	- €	97 505,71 €	- €	111 154,84 €
Perdas por imparidade	- €	- €	- €	- €
Fornecedores de Investimentos	- €	- €	- €	- €
Credores por acréscimo de gastos	- €	- €	- €	- €
Outros credores	- €	723,06 €	- €	650,42 €
Total	- €	597 453,03 €	- €	564 679,10 €

Figura 23 - Outras Contas a Pagar

Nesta rubrica encontra-se registado:

- Remunerações aos funcionários, que sendo gasto de 2024, serão pagas em 2025;
- Estimativa de IMI a pagar em 2025, referente a 2024;
- Acréscimo de gastos associados à prestação e serviços médicos ao abrigo do programa SIGIC no valor de 89.821,78€;
- Acréscimo de gastos referente ao valor de eletricidade e água a apagar em 2025, cujo gasto é de 2024 (7.683,93€).

16.12 – Outros Passivos Financeiros

Não se aplica.

16.13 – Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

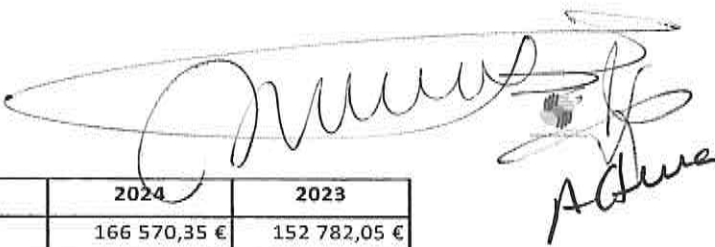
Descrição	2024	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	179 931,05 €	179 848,77 €
Subsídios de outras entidades	23 794,32 €	8 398,80 €
Doações e heranças	24 230,48 €	34 045,26 €
Quotizações Liga Amigos	- €	- €
Legados	- €	- €
Total	227 955,85 €	222 292,83 €

Figura 24 - Subsídios, doações e legados à exploração

Os “Subsídios e Apoios do Governo” encontram-se divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12 do anexo.

16.14 – Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 2024 foi a seguinte:



Descrição	2024	2023
Subcontratos	166 570,35 €	152 782,05 €
Serviços especializados	1 898 081,24 €	1 978 783,12 €
Materiais	21 152,56 €	21 480,13 €
Energia e fluidos	143 541,79 €	120 885,00 €
Deslocações, estadas e transportes	20 811,00 €	11 753,17 €
Serviços diversos	53 788,43 €	42 456,13 €
Total	2 303 945,37 €	2 328 139,60 €

Figura 25 - Fornecimentos e Serviços Externos

16.15 – Outros Rendimentos

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	18 743,76 €	42 335,05 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	4 434,61 €	3 645,93 €
Recuperação de dívidas a receber	- €	- €
Outros Ganhos	1 139,98 €	578,00 €
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	- €	- €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	83 004,03 €	83 128,53 €
Outros rendimentos e ganhos	48 221,99 €	55 735,45 €
Total	155 544,37 €	185 422,96 €

Figura 26 - Outros Rendimentos

16.16– Outros Gastos

Descrição	2024	2023
Impostos	4 768,52 €	3 718,35 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	- €	- €
Dívidas incobráveis	- €	- €
Perdas em inventários	5 371,40 €	7 194,36 €
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Gastos e perdas nos restantes	- €	- €
Gastos e perdas investimentos não financeiros	- €	- €
Outros Gastos e Perdas	415,81 €	13 612,95 €
Total	10 555,73 €	24 525,66 €

Figura 27 - Outros Gastos

Nas “perdas em inventários” encontram-se reconhecidos os valores referentes a artigos deteriorados ou fora de prazo de validade, cuja troca junto do fornecedor não foi possível.

16.17 – Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros, encargos da atividade bancária e similares:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	- €	- €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	- €	- €
Outros gastos e perdas de financiamento	2 539,98 €	2 287,13 €
Total	2 539,98 €	2 287,13 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	142 573,83 €	59 760,58 €
Dividendos obtidos	- €	- €
Outros Rendimentos similares	- €	- €
Total	142 573,83 €	59 760,58 €
Resultados Financeiros	140 033,85 €	57 473,45 €

Figura 28 - Resultados Financeiros

Nos Resultados Financeiros encontram-se registados:

- Como rendimento, os juros de depósitos a prazo obtidos. São privilegiados estes instrumentos de rentabilização financeira, de reduzido risco, que beneficiam da isenção de IRC e as diversas aplicações resultam da consulta ao mercado, a cada momento da sua realização, das melhores condições conjugando o binómio taxa/prazo de imobilização sem comprometer a liquidez financeira na gestão de tesouraria mensal;
- Como gasto, as comissões de utilização dos terminais multibanco e outras despesas bancárias.

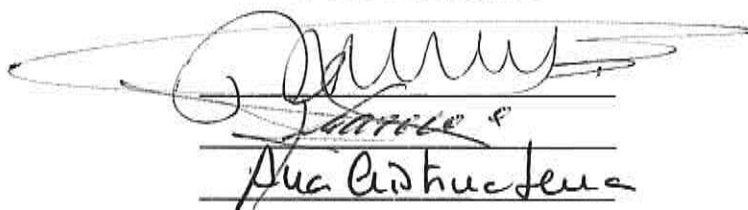
Oliveira do Hospital, 28 de março de 2025

O Contabilista Certificado



Membro OCC nº 13364

O Conselho Executivo



Ana Cristina Lima


Comité
ACI

ANEXOS

 Amy S. Adams



RIEDELE, RENACHO,
TABOADA, BAPTISTA
& ASSOCIADOS

bioRxiv preprint doi: <https://doi.org/10.1101/2020.04.14.040044>; this version posted April 14, 2020. The copyright holder for this preprint (which was not certified by peer review) is the author/funder, who has granted bioRxiv a license to display the preprint in perpetuity. It is made available under aCC-BY-NC-ND 4.0 International license.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação de Aurélio Amaro Diniz-IPSS, em 31-12-2024, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Luerativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

En fase

Tal como referido no Anexo (notas 16.4 e 16.1) e pelos motivos aí divulgados, a Entidade não faturou alguns serviços prestados na área hospitalar relativos a 2024, o que determinou o uso de estimativas nas rubricas de rendimentos e de gastos (honorários médicos correspondentes).

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

-preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a

[Handwritten signature]
Actura

Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da



PIEDADE, PENACHO,
TABORDA, BAPTISTA
& ASSOCIADOS
ENTIDADE DE
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades:

-avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subsequentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

-comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificando durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Coimbra, 8 de abril de 2025

Piedade, Penacho, Taborda, Baptista & Associados, SROC, Lda.
Representada por:

Daniel Martins Geraldo Taborda, ROC n.º 1479
(registado na CMVM sob o n.º 20161089)

C. M. S. H.

ATA CONSELHO FISCAL

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Ata número setenta e cinco

No dia oito de abril de dois mil e nove a noite, estando presentes todos os seus membros, reunidos em sala de reuniões da Associação Amigos do Conselho Fiscal, tendo como ponto inicial da ordem do dia a discussão a respeito da situação sobre a Relação de Híndias e Carta de voto de dois mil e nove e quatro. Verificando a existência de quórum, foi dada ordem a seguir:

O Presidente apresentou aos presentes membros de cargo a seguinte documentação: proposta de Relação de Híndias e Carta de voto de dois mil e nove, o anexo da Relação e a Demonstração de Resultados a partir de 1º de janeiro de 2009, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo a Carta Fiscal legal de Carta realizada pelo Conselho Fiscal de Carta-membro do Conselho, Doutor Daniel Tobias. Iniciada a discussão, que mostrou que o documento demonstrava a boa Relação de Híndias e Carta Comunitária com os mesmos regulamentares vigentes - com o devido respeito explícito na Carta Fiscal legal de Carta -, o Conselho Fiscal deliberou por unanimidade, emitir parecer favorável à proposta apresentada, tendo em vista a notável capacidade para legalização da Associação Amigos do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal emitiu a seguinte resolução que vem sendo efetuada pelo Conselho de Administração e regulamentar a manutenção das mesmas atividades e funcionamento da instituição.

Nesta mesma reunião a Carta, a reunião, mostrou os seguintes dados, a respeito dos seguintes dados e comparando os dados, da seguinte forma:

A presente ata que, lida em voz alta, foi então aprovada por unanimidade, sendo assinada pelos presentes.

[Handwritten signature]
 Paulo Augusto Pereira de Jesus
 Nuno Miguel Ferreira Santos
 Daniel Pinto André Tobias

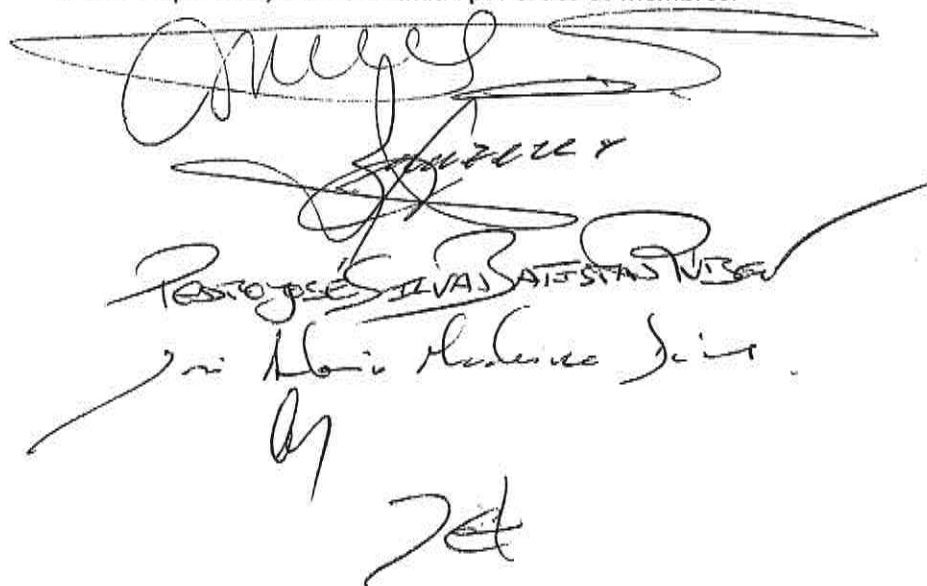
Ata n.º 600

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, reuniu na sala de direção sita ao Lar de Terceira Idade, o **Conselho de Administração** da Fundação de Aurélio Amaro Diniz com a presença de todos os membros, no sentido de analisar e aprovar os relatórios de gestão e as contas apresentadas pelo Conselho Executivo no passado dia vinte e oito de março relativamente ao exercício do ano de 2024, acompanhados pela Certificação Legal de Contas e do ata número setenta e cinco do Conselho Fiscal, ambas do dia de hoje.

Da análise dos mesmos, destaca-se como o ano de dois mil e vinte e quatro fica marcado por indefinições da política de saúde quanto à participação no SNS por parte das entidades do setor não lucrativo como é o caso da FAAD que muito prejudicou os utentes desta região, patente na falta de decisão do Ministério da Saúde que permitisse atender um largo conjunto de utentes que ficaram em listas de espera tanto para consultas como para cirurgia e que, uma vez mais, impediu a instituição de usar toda a sua capacidade instalada, com repercussões que, para além de sociais, têm expressivo impacto económico e financeiro. Feito este enfase, a para com haver necessidade de reclamar verbas junto da ACSS de serviços prestados no âmbito do serviço de urgência que ainda não foram considerados como passíveis de ser faturados, o que está devidamente explicado no respetivo relatório e tendo em conta os pareceres do Revisor Oficial de Contas e do Conselho Fiscal, foram os documentos aprovados por unanimidade, assim como a proposta de transferência do resultado positivo de trezentos e cinquenta e seis mil, nove euros e noventa e cinco cêntimos para a conta de resultados transitados do capital próprio.

Foi ainda decidido a submissão destes documentos, acompanhados desta ata de aprovação, junto das entidades oficiais e fiscais, bem como a sua divulgação na página da internet da instituição faad.online.pt, nos termos da legislação aplicável.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os membros.


Aurélius Amaro Diniz
José Silva Batista
Aurélius Amaro Diniz

Ata n.º 600

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, reuniu na sala de direção sita ao Lar de Terceira Idade, o **Conselho de Administração** da Fundação de Aurélio Amaro Diniz com a presença de todos os membros, no sentido de analisar e aprovar os relatórios de gestão e as contas apresentadas pelo Conselho Executivo no passado dia vinte e oito de março relativamente ao exercício do ano de 2024, acompanhados pela Certificação Legal de Contas e do ata número setenta e cinco do Conselho Fiscal, ambas do dia de hoje.

Da análise dos mesmos, destaca-se como o ano de dois mil e vinte e quatro fica marcado por indefinições da política de saúde quanto à participação no SNS por parte das entidades do setor não lucrativo como é o caso da FAAD que muito prejudicou os utentes desta região, patente na falta de decisão do Ministério da Saúde que permitisse atender um largo conjunto de utentes que ficaram em listas de espera tanto para consultas como para cirurgia e que, uma vez mais, impediu a instituição de usar toda a sua capacidade instalada, com repercussões que, para além de sociais, têm expressivo impacto económico e financeiro. Feito este ênfase, a para com haver necessidade de reclamar verbas junto da ACSS de serviços prestados no âmbito do serviço de urgência que ainda não foram considerados como passíveis de ser faturados, o que está devidamente explicado no respetivo relatório e tendo em conta os pareceres do Revisor Oficial de Contas e do Conselho Fiscal, foram os documentos aprovados por unanimidade, assim como a proposta de transferência do resultado positivo de trezentos e cinquenta e seis mil, nove euros e noventa e cinco cêntimos para a conta de resultados transitados do capital próprio.

Foi ainda decidido a submissão destes documentos, acompanhados desta ata de aprovação, junto das entidades oficiais e fiscais, bem como a sua divulgação na página da internet da instituição faad.online.pt, nos termos da legislação aplicável.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os membros.

